

Memória da Roça Caiçara e modo de vida das comunidades de Pedrinhas (Ilha Comprida) e São Paulo Bagre (Cananeia)

Júlio César Suzuki¹
Maurício Vinícius Gomes Freitas²
Denise Martins de Sousa³

Resumo

¹ Professor Doutor adjunto ao Departamento de Geografia/FFLCH/USP.

² Graduando em Geografia/FFLCH/USP; Bolsista PRP/USP.

³ Graduanda em Geografia/FFLCH/USP; Bolsista PIBIC/CNPq.

Recebido: 01/Jul/2011

Aprovado: 30/Ago/2011

A memória como fenômeno social e instrumento para reconstituir o modo de vida das comunidades caiçaras surge da necessidade de analisar tais fenômenos no tempo e no espaço. As comunidades caiçaras de Pedrinhas (Ilha Comprida) e São Paulo Bagre (Cananeia), localizadas no Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo, estão passando por profundas transformações no que tange às restrições das práticas agroextrativistas e pesqueiras, devido basicamente ao aumento da especulação imobiliária, restrições ambientais, bem como em relação à introdução de práticas tipicamente citadinas que acabam por sobrepujar as antigas relações sociais que caracterizavam seu modo de vida. Nesta perspectiva, objetiva-se analisar as antigas práticas agroextrativistas destas comunidades, promovendo, a partir do resgate da memória dos moradores mais antigos, a articulação não só dos aspectos ligados à reprodução material, presentes nas antigas práticas destes sujeitos, mas, também, imateriais, revelando suas práticas culturais, de sociabilidade e de solidariedade. Para a realização da pesquisa, fundamo-nos em levantamento bibliográfico sobre modo de vida e função social da memória, bem como em levantamentos a partir de técnicas de trabalho de campo, com coletas de depoimentos orais dos sujeitos envolvidos no processo produtivo da roça caiçara, permitindo a análise da especificidade e da complexidade das relações espaciais de ambas as comunidades, assim como a reconstituição da memória das práticas produtivas e culturais.

Palavras-chave: Memória, modo de vida, roça caiçara, práticas sociais, natureza.

Memories of The Caiçara Farmlands and The Way of Life of The Communities of Pedrinhas (Ilha Comprida) and São Paulo Bagre (Cananeia)

Abstract

Memory as a social phenomenon and instrument to reconstitute the way of life of *caiçara* communities emerges from the necessity of analyzing it throughout time and space. The *caiçara* communities of Pedrinhas (Ilha Comprida) and São Paulo Bagre (Cananeia), located in Vale do Ribeira, South region of São Paulo state, have undergone deep transformations with respect to agro-extractivist and fishing practices, owing to the growing land speculation, environmental restrictions, and the introduction of typically urban activities which have subdued traditional social relations characteristic of the *caiçara* way of life. From this point of view, this article aims to analyze the traditional agro-extractivist practices of these communities by bringing back memories from the oldest locals, so as to articulate the aspects related to their material reproduction – existent in their traditional practices – and the immaterial aspects – shown in their cultural, sociable, and brotherly practices. The research was carried out by means of bibliographical survey on ways of life and the social function of memory. In addition, data collection obtained from field research techniques, including collection of oral testimonies from individuals involved in the productive process in the *caiçara* farmlands, enabled us to analyze the specificity and complexity of the space relations in both communities, so that memories of their productive and cultural practices could be reconstituted.

Keywords: Memory, way of life, *caiçara* farmlands, social practices, nature.

Introdução

O espaço agrário brasileiro compreende múltiplas realidades heterogêneas e contraditórias dentro da lógica da sociedade produtora de mercadorias. Neste contexto, este trabalho visa analisar as antigas práticas agroextrativistas de Pedrinhas e São Paulo Bagre, promovendo, a partir do resgate da memória dos moradores mais antigos, a articulação não só dos aspectos ligados à reprodução material, presentes nas antigas práticas destes sujeitos, mas, também, imateriais, revelando suas práticas culturais, de sociabilidade e de solidariedade.

As múltiplas situações históricas no espaço agrário brasileiro apontam para um contexto que permite inferir que o campo e a cidade no Brasil passam por um processo de metamorfose, por meio de novas possibilidades que se constituíram com o estabelecimento de vínculos e

de influências de uma sobre a outra, ou vice-versa. Assim, Júlio César Suzuki (2007, p.140) expõe que, no campo e na cidade vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas preexistentes que, pois, ao se “[...] metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas [...]”. Nesta perspectiva de coexistência de temporalidades históricas, o campo possui “[...] múltiplas possibilidades de resistência e de criação de formas sociais que se conformam em territórios que negam o território do capital, marcado pela lógica da modernização no sentido da constituição de uma nova relação entre o campo e a cidade, no mundo da modernidade e do moderno” (SUZUKI, 2007, p.140).

Partindo da concepção de que há uma dinâmica cultural contemporânea apresentada nas relações espaciais tanto no campo quanto na cidade, tal perspectiva condiz com a concepção que José de Souza Martins advoga sobre a compreensão de que

Não é o moderno que incorpora o tradicional e popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser consciência do todo e consciência, por isso mesmo, moderna [...]. (MARTINS, 2010, p.44)

A concepção de diversidade histórica no campo brasileiro foi bastante discutida em termos antropológicos, como lembra Margarida Maria Moura (1994), pois esta é uma diversidade de situações concretas, dos modos de vida, os quais foram negados não só pelo direito oficial, mas pelos que o defendem, como os grandes proprietários de terra e as diversas agências do Estado que atua localmente, como agrônomos, planejadores, construtoras de represas e estradas de rodagem.

As duas comunidades analisadas, nesta pesquisa, São Paulo Bagre e Pedrinhas, estão localizadas no Vale do Ribeira, respectivamente nos municípios de Cananea e Ilha Comprida, na região do complexo estuário lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá. Tal localização contribui para a definição de particularidades do modo de vida em que estas populações se inserem.

Modo de vida e memória

Neste contexto, compreendemos modo de vida, pautados no clássico estudo de Max Sorre (2002) acerca de gênero de vida, como uma noção “[...] extremamente rica, pois abraça a maioria senão a totalidade das atividades do grupo e mesmo dos indivíduos” (SORRE, 2002, p.16).

De acordo com o geógrafo francês, uma forma de gênero de vida se dá a partir da apropriação dos recursos naturais por parte dos grupos sociais, mediada pelas técnicas e legitimada por instituições que asseguram a reprodução material e imaterial de um determinado grupo. Assim, objetividade e subjetividade se encontram nesta relação, em que se anulam as falsas dicotomias entre determinismo e possibilismo, a partir da potencialidade criadora do gênio humano. (SORRE, 2002, p.17)

Ainda em Sorre, em sua essência, o gênero de vida tinha uma relação intrínseca com as práticas agrícolas que, mediadas pela organização da propriedade, relações de trabalho e estruturas sociais, tinham a função de fixar e moldar identidades. Isto é:

[...] É certo que o tipo de habitat, a estrutura agrária – a partilha e forma dos campos –, o tipo de propriedade e de exploração inscrevem no solo, em traços materiais, o funcionamento do gênero de vida. [...] Esses últimos traços a representarem um papel fixador no gênero de vida antigo subsistem no novo como traços antagonônicos. (SORRE, 2002, p.21)

Aproximando esta discussão do gênero ou modo de vida ao contexto atual e suas diferenciações sob o capitalismo, a geógrafa brasileira Marta Inês Medeiros Marques (1994) recorda que a análise deve está ancorada na forma como o modo de produção se reproduz, incorporando ou mesmo redefinindo práticas sociais com temporalidade e ritmo de movimentos próprios. Pautando-se, então, fundamentalmente no seu funcionamento, consideram-se os diferentes elementos que o constituem, bem como a lógica que esta combinação encerra ou tende a estabelecer:

[...] Neste sentido, a tradição não é mais considerada apenas um fator de conservação, elemento de fixação ou marca do modo de vida em conflito com a dinâmica da sociedade moderna. Admite-se que valores e referências culturais tradicionais podem ser acionados e revividos para dar sentido ao novo quando este aparece de forma inteligível. A tradição é recriada face ao novo [...]. (MARQUES, 1994, p.19)

Finalizando seu argumento, à luz dos estudos de Pierre Monbeig, Marques afirma que “na busca do que se perdeu também se cria o novo. É no movimento de reprodução do modo de vida que se criam as possibilidades de sua superação” (MARQUES, 1994, p.19).

Particularmente o modo de vida caiçara, em sua gênese, insere-se num conjunto de práticas materiais e imateriais para a reprodução social do sujeito e da comunidade, conforme contribuições de Antonio Carlos Diegues (2004) e de Simone Rezende da Silva (2004), dentre outros autores. Desta maneira, o caiçara, como sujeito social, vive e se relaciona com os seus, praticando festas que são inerentes ao relacionamento dentro da comunidade, bem como realiza atividades em que se estabelece uma relação intrínseca com a terra e com o mar, em que se revela seu modo de vida, assegurado como dimensão subjetiva da cultura, da identidade do grupo, de símbolos, mitos, sociabilidade e solidariedade estabelecidas entre o seus, como, por exemplo, as práticas de mutirões, ajutórios e festas.

A reconstrução do modo de vida caiçara fundou-se em discussão bibliográfica relativa a aspectos mais gerais sobre o modo de vida caiçara, com destaque para Diegues (2004, 2005), Gusmão (1979), Silva (2004); e a função social da memória, a partir das contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988, 1991), Meneses (1992) e Ecléa Bosi (2004), bem como em depoimentos dos sujeitos envolvidos no processo produtivo da roça, que permitiram analisar e reconstituir a memória da roça caiçara.

As comunidades em estudo estão numa situação em que a objetividade da legislação ambiental restritiva presente na Área de Proteção Ambiental de Cananeia-Iguape-Peruíbe⁴ e a consolidação, em maior ou em menor intensidade, do turismo de pesca e das casas de segunda residência, aliada às marcas do urbano, que se difunde principalmente por intermédio dos meios de comunicação de massa, acarretam maiores dilemas à reprodução do modo de vida caiçara. Contudo, a memória de alguns sujeitos que participaram, de uma forma ou de outra, das antigas práticas produtivas e de sociabilidade, permanece como uma espécie de mediação dialética entre a superação e recriação do modo de vida caiçara.

Assim, a memória fornece elementos importantes para “confrontos e reivindicações” de toda a sorte como nos aponta Ulpinano T. Bezerra de Meneses (1992). Lembra-nos, também, que a memória não deve “ser confundida com seus vetores e referências objetivas”, ou mesmo a considerar que “sua substância é redutível a um pacote de recordações”, previstas e acabadas. Pelo contrário, a memória é “um

⁴ Trata-se da Área de Proteção Ambiental de Cananeia-Iguape-Peruíbe (APA-CIP) criada no final da década de 1990, em que vários núcleos de populações rurais estão inseridos. Mais detalhes sobre sua criação e implementação estão expostos no livro de Marília Britto Rodrigues de Moraes (2004).

processo permanentemente de construção e reconstrução, ou seja, '*um trabalho*'. “E, a partir da “elaboração da memória se dá no presente para responder a solicitação do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar”. (MENESES, 1992, p.10-11)

Desta maneira, a memória se situa na fronteira entre a História e o mito, fazendo analogia com uma espécie de trabalho artesanal que alcança uma profundidade quase mítica e mística que, na maior parte das vezes, não depende do discurso científico (BENJAMIN, 1987, p.220). Em consequência desta linha tênue entre o histórico e o mítico, há um resgate de um modo de vida que longe de ser uma cópia mimética daquele antigo cotidiano vivido, vem à tona como um mosaico de fragmentos, em que a memória, hábito de caráter mais pontual e utilitário, dá lugar à memória sonho, em que o passado ressurgem não como o acontecimento de um fenômeno fidedigno do que realmente foi, mas, sim, como uma reelaboração do acontecido, (re)significando as experiências vivenciadas no tempo e espaço do presente.

De tal sorte que a memória reavivada traz em si uma dinâmica não cristalizada, envolvendo um diálogo recíproco entre o passado e o presente vivido, sendo a envolvente narração da experiência vivida e recriada pelo sujeito interlocutor (BENJAMIN, 1987, p.197), fundamental para a reconciliação entre o momento vivido e o momento lembrado, trazendo o sentido destas lembranças narradas para a inserção do interlocutor no tempo e espaço presentes. (DIEGUES, 2005, p.33).

Assim, na dialética entre o passado e presente, há uma não linearidade dos fatos, dando abertura a um universo permeado de contradições, no qual a tese e a antítese, o sim e o não podem ser apreendidos. (BOSI, 2004, p. 32-33)

Resumindo, a percepção do mundo vivido e os valores e ações inseridos no tempo e espaço do presente, que são fatores determinantes para a identidade dos sujeitos, se encontra com a lembrança mediada pela memória do narrador; que traz na maior parte das vezes “[...] Um ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira o narrador é um homem que sabe dar conselhos”. (BENJAMIN, 1987, p.200).

Modo de vida e memória da roça caiçara em Pedrinhas e São Paulo Bagre

Trazendo estes elementos para o nosso campo de estudo, muito

dos aspectos da identidade caiçara de Pedrinhas e São Paulo Bagre não podem ser pensados sem a reconstrução das reminiscências⁵ das narrativas orais dos moradores que vivenciaram antigos e, praticamente, extintos modos de se relacionar com a natureza e que, conseqüentemente, eram substratos para o desenvolvimento de toda uma forma particular de sociabilidade e práticas culturais que os legitimavam como agricultores e pescadores do litoral sul paulista.

Para uma melhor estruturação desta reconstrução, agrupamos de acordo com os depoimentos de nossos interlocutores, os seguintes aspectos da roça caiçara⁶: o local de plantio da roça; o que nela se plantava; quais eram as técnicas e conhecimentos utilizados; o tipo de propriedade e ocupação do solo; as relações de trabalho que se processavam naquela prática de cultivo; como se realizava o consumo e a circulação do que era produzido; e, por fim, como se deu a decadência daquele processo produtivo.

Ao começarmos pelo local de plantio, é consenso entre os nossos interlocutores que a roça era constituída, de forma geral, a uma distância relativa do local de moradia; sendo que a área ao redor da casa ficava reservada à horta, ao pomar e à criação de animais domésticos:

Era longe. Tinha que caminhar. Ficava pro lado do Ubatuba, pro lado da praia. Tinha que andar uns 2 km mais ou menos. [...] Hoje é tudo mata virgem, ninguém planta mais. Era pessoal antigo que plantava mais para sobrevivência. [...] A gente tinha o quintal criava as galinhas pra comer, esses tipos de coisa, fruta, abacate no quintal [...]. Mas, pra roça tinha que sair para procurar o tipo de solo melhor.. (Leonel de Lima, 64 anos, morador de Pedrinhas em entrevista realizada dia 19/12/2010).

A distribuição das atividades produtivas seguia uma espacialidade descontínua que obedecia a uma racionalidade que atendia as demandas de comunicação com as vilas mais próximas (MARCÍLIO, 2005, p.200) e

⁵ Conceito abordado pelo pensador alemão Walter Benjamin, para quem a reminiscência “[...] funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. Ela inclui todas as variedades da forma épica. Entre elas, encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador. Ele tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si [...]”. (BENJAMIM, 1987, p. 211)

⁶ Em linhas gerais, a roça caiçara era caracterizada por uma agricultura rústica, constituída basicamente em pequenos espaços e com grande rotação de terras. Cabe lembrar que o trabalho familiar e a ajuda mútua da vizinhança, a produção para o auto-consumo e a venda de algum excedente também faziam parte deste sistema. Sobre mais informações da roça caiçara ver estudo de Carlos Borges Schmidt (1958) que a definiu como lavoura caiçara. Ao invés de lavoura, optamos por roça por ser o termo utilizado pelos interlocutores da pesquisa.

a necessidade de buscar o tipo de solo mais adequado para cada espécie cultivada. Fernando A. Mourão, em seu livro *Os pescadores do litoral sul de São Paulo*, afirma que, nas áreas que a restinga já se encontra consolidada, no caso da Ilha Comprida e no continente, nas lombadas que elas originam, normalmente ofereciam condições para o cultivo da rama de mandioca, já os banhados favoreciam a cultura do arroz em proporções modestas. (MOURÃO, 2003, p.48)

Sobre as espécies plantadas e colhidas, os caiçaras hegemonicamente plantavam mandioca⁷, milho, feijão, um pouco de arroz, melancia, além de cana-de-açúcar e café. Como recorda um antigo morador de Pedrinhas, Sr. Romildo de 53 anos: “[...] Na época, plantava mais arroz que dava no brejo, mandioca pra fazer farinha, ia no mar pescava um peixinho; criava uma galinha caipira, pegava uns ovinhos [...] Plantava milho, café, batata doce, um pouco de milho”. Semelhante constatação também faz um morador antigo de São Paulo Bagre:

Plantava rama de mandioca, né?! plantava milho, abóbora, moranga, batata, cará... feijão..., só não plantava arroz aqui. O resto tudo a gente plantava. Tinha fruta..., laranja, abacaxi, abacate, limão..., tudo estas frutas nós tinha aqui. [...] Café, tinha ali também... meu pai, onde nois morava ali, tinha um cafezal bonito!... Aí venderam e acabaram com tudo... tinha banana... A única coisa que comprava, quando ia lá... na cidade, era o pão para o café, o sal, que não tinha. Açúcar era do caldo de cana. Da garapa, fazia o açúcar... apurava bem apurado... e fazia o melado”. (Sr. João Veríssimo Barbosa, 78 anos, em entrevista realizada dia 23/01/2011)

Sendo que cada espécie tinha uma época certa de plantio e colheita de acordo com os ciclos da lua, estações do ano etc. Este etnoconhecimento caiçara, também, existia entre as práticas dos moradores de São Paulo Bagre e Pedrinhas, na lógica do consorciamento; muito comum aos outros grupos de agricultores existentes em diversas regiões do território brasileiro.

O consorciamento consistia em plantar concomitante ou alternadamente algumas espécies de acordo com as necessidades minerais e climáticas de cada uma delas, além de aproveitar melhor o solo, dada a escassez de terras nas proximidades (MARCÍLIO, 2005, p.206). Pois há

7 A mandioca, como nos revela Maria Isaura Pereira de Queiroz, regionalmente é denominada de “rama”, sendo “cultivada para consumo alimentar, e parece ser elemento básico da dieta normal da população”, da qual “fabricam farinha, de cujo preparo se encarregam, utilizando tanto o processo mais primitivo, quanto a ‘presa de parafuso’, um pouco mais elaborada”. (QUEIROZ, 1967, p.69).

uma combinação que envolve a estrutura biológica de cada espécie e os valores morais e simbólicos, que “[...] expressa uma racionalidade econômica, voltada para a otimização do trabalho” e, também, “[...] Como uma ‘aplicação agrônômica’ de outro princípio mais abrangente, ordenador não só da roça, mas do mundo, o princípio do quente-frio”⁸ (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p.168).

A lógica do consorciamento está exposta na entrevista a seguir:

[...] Plantava a mandioca e espalhava o feijão junto. Depois quando crescia arrancava e ficava a rama da mandioca. [...] Era tudo junto... para aproveitar a terra. [...] Procuravam roçar em mingunte, pra colher a plantação de mandioca toda a vida no tempo antigo era no mês de setembro. Roça em agosto e colhia em setembro e outubro [...]. Era a tecnologia deles naquela época e na verdade tinha sua razão [...] se você for pegar uma madeira uma lua forte dava bicho na mingunte não dava nada. Cada espécie tinha uma época certa. O milho era diferente da mandioca.. (Leonel de Lima, 64 anos, morador de Pedrinhas, em entrevista realizada dia 19/12/2010).

Para efetivar todas estas práticas agrícolas, cada família organizava a sua roça dentro da lógica da propriedade indivisa, ou seja, o núcleo familiar possuía seu pedaço de chão de roça, mas tinha pouco apego a um lote específico, dada a mobilidade da roça caçara em busca de solos mais férteis. Assim, a terra era vista como posse e substrato para o trabalho a ser realizado, mas não como negócio ou mercadoria a ser comprada e vendida, como passou a ser a partir da instauração do mercado de terras com o advento do turismo de segunda residência nas últimas décadas.

Desta maneira, a terra é “[...] do trabalho e não da exploração. Ela pouco valor tem em si, apenas enquanto pode produzir alimentos e nutrir o camponês”. (Marcílio, 2005, p.206). Seguindo esta lógica da propriedade indivisa, em que não há proprietários de lotes específicos, mas apropriação coletiva da terra, com possibilidade de mudança da área destinada ao uso familiar a cada cultura, ninguém comprava um lote de terra para fazer a sua roça⁹. Qualquer família que quisesse podia se

8 Este princípio norteia explicitamente ou implicitamente, ainda grande parte das populações rurais brasileiras, ou seja, estes termos são utilizados para conceituar as relações entre “[...] Sitiantes (fracos) em face dos proprietários fortes; terra de mato (forte) em face de capoeira (fraca); tempo antigo (forte) em face ao tempo atual (fraco); alimentos (fortes ou fracos) em face do corpo e trabalho; capim (forte) em face das plantas cultivadas (fracas); homem (forte) em face da mulher (fraca).” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p.168).

9 No caso específico de São Paulo Bagre, seus moradores, em princípio, eram arrendatários de uma proprietária de

estabelecer no local como posseiro, é o que nos revela o depoimento a seguir:

[...] Nesta época ninguém vendia terreno. Esta ganância de terreno foi depois que entrou o turismo com gente de fora [...]. Então chegava um pessoal e dizia que gostaria de arrumar um barranquinho, se não tinha jeito de me arrumar um lugarzinho [...] davam o terreno. Aqui mesmo aonde nós estamos que meu pai veio pra cá há uns 50 anos ou mais, aqui ele não comprou, o cara deu este terreno aqui pra ele [...]. Pra fazer a roça, ninguém se incomodava, você escolhia aonde queria [...]”. (Leonel de Lima, 64 anos, morador de Pedrinhas).

Assim, o que vale é a apropriação (fundada no uso), não a propriedade (fundada no título jurídico), mesmo que aquela pudesse ser privada, o que opõe a apropriação à propriedade privada do liberalismo clássico. Aproximando a apropriação mais da concepção aristotélica de propriedade, em que o uso da terra se dava pelo trabalho e não pela compra (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p.151).

Devemos mencionar outro fator que caracterizava a apropriação caiçara e que estava intimamente relacionado com as relações de trabalho: a prática da ajuda mútua, presente tanto no auxílio como no mutirão. Nesta prática de trabalho na terra, fundada na colaboração dos vizinhos e familiares, principalmente no mutirão¹⁰, havia uma inter-relação entre o espaço do trabalho e o espaço do lúdico e da festa, além de uma ética solidária, na qual os moradores relembram com certa nostalgia os dias de sábado há 40, 50, 60 anos, nos quais, para abrir uma cova para o plantio, não se necessitava pagar a empreitada, contando apenas com a ajuda vicinal, além do evento social e cultural que era o mutirão propriamente dito, com seus almoços, jantares coletivos e finalizando o dia de trabalho com os bailes de fandango. Eram momentos de solidariedade e de festa.

[...] Nessa época ninguém tinha dinheiro, não pagava. Um ajudava o outro. Auxílio cada dia era na roça de um. Mutirão já era um pouco diferente. O cara tinha que fazer o almoço, a janta e depois o baile de noite. Era umas roças maior que o pessoal fazia, aí. Convidava o pessoal

terras residente em Iguape, pagando anualmente uma quantia em dinheiro. Entretanto, com o seu falecimento, eles passaram de arrendatários a posseiros.

¹⁰ O mutirão, para Candido (2001, p.88), consistia essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar um determinado trabalho: derrubada, roçado, plantio, limpeza, colheita, malhação, construção de casas, fiação etc. Geralmente, os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferecia alimento e uma festa, que encerrava o trabalho.

da região, vinha gente de longe. E aí chegavam cavavam a roça, tomavam o banho, ia jantar e depois o baile com a violinha. [...] Mutirão era aos sábados, era mais plantar do que pra colher. Ia todo mundo, mulher, todo mundo ia...”. (Leonel de Lima, 64 anos, morador de Pedrinhas, entrevista realizada em 19/12/2010).

Mutirão tinha, todo o sábado tinha um. Se você não quisesse fazer o dia inteiro você fazia depois do almoço. Dava um café forte, como diz o ditado, com arroz e com mistura boa, aí de noite tinha a janta, baile a noite toda. [...] aí tinha o peixe, tinha carne seca, era carne de porco, galinha. Era, naquele tempo, tinha na cidade carne seca você comprava aquele saco, era acho que duzentos cruzeiros. [...] Fazia paçoca [de carne seca]. É... fazia no pilão... (Sr. João Veríssimo Barbosa, 78 anos, em entrevista realizada em 04/07/2010 – Comunidade São Paulo Bagre – Cananeia, São Paulo).

[...] É fazia mutirão né?! e aí um ajudava sempre o outro, no mutirão, sempre o pessoal do sítio foram sempre bem unido. Nesse sentido, eles eram muito unidos... (Adriana Azevedo, 34 anos, em entrevista realizada em 22/06/08 – Comunidade São Paulo Bagre – Cananeia, São Paulo).

Entretanto, a rotina de trabalho, em certa medida, também obedecia às regras do tempo/espço do trabalho abstrato, a partir do qual, para garantir a sobrevivência com referência nos mínimos vitais básicos¹¹, a família necessitava realizar um trabalho quase que compulsório na roça, que tomava boa parte do tempo e do espaço da vida cotidiana; complementado pela atividade pesqueira prioritariamente e a caça (estas últimas, realizadas, principalmente, pelos homens) e o extrativismo de espécies vegetais endêmicas à região:

[...] Além da roça, tinha outras sobrevivências. Pegava piri pra fazer esteira, ia cortar palmito, fazia de tudo. [...] Quem era pescador pegava o peixe de noite e ia pra roça de dia. Trabalhava todo dia, na foice, no machado, senão não comia. Se não fosse plantar algo pra comer morria de fome”. (Leonel de Lima, 64 anos, morador de Pedrinhas, em entrevista realizada dia 19/12/2010).

Plantava..., cinco horas, seis horas você tomava um cafezinho no bucho e sete horas já ia sair. Pra roçar você

11 Com base em Antonio Candido (2001), os mínimos vitais básicos seriam uma forma de equilíbrio entre as necessidades do grupo e os poucos recursos disponíveis para satisfazer tais necessidades. Cada cultura possui estes mínimos vitais (alimentação, habitação etc.), que não podem ser pensados sem os mínimos sociais (práticas de sociabilidade, cultura e subjetividade grupal e individual) que estão presentes no cotidiano vivido dos grupos.

falava com o pessoal da vizinhança e eles vinham ajudar, aí tinha o ajudatório, dava o café, depois dava o almoço e trabalhava o dia inteiro. Pra derrubar também..., se você não quisesse derrubar sozinho – a madeira que ficava..., a grossa – você também falava para o pessoal. Pra lim-par, você limpava sozinho, colocava fogo e limpava sozinho e depois pra cavar, aí você falava para os homens pra cavar e as mulheres para plantar. [...] Agora, pescar... , como disse, era na boca da noite, nove horas, dez horas. De madrugada você levava três horas para ir pescar. No tempo de picaré, levava na canoa, você saía três horas da madrugada e levava a rede. (Sr. João Verís-simo Barbosa, 78 anos, em entrevista realizada em 04/09/2010 – Comunidade São Paulo Bagre – Cananeia, São Paulo).

No contexto da lógica de trabalho caiçara, a mulher e as crianças participavam ativamente. A primeira, na maior parte das vezes, exercia as mesmas atividades que os sujeitos do gênero masculino. Contudo, havia certa divisão sexual do trabalho, com uma cooperação simples no que concerne ao plantio, à capina e à colheita, bem como outra cooperação de caráter mais complexo, em que a derrubada do mato, a abertura de covas, a passagem de fornicidas ficava restrita à ação dos homens, enquanto o trabalho no espaço doméstico de cuidar da casa, ralar a mandioca, tomar conta do quintal e dos filhos (mesmo quando levava estes no espaço da roça) ficava a cargo das mulheres, semelhante à situação verificada por Wortmann & Wortmann (1997, p.135) ao tratarem de sitiantes.

A lógica de trabalho na roça caiçara foi revelada nos vários depoimentos colhidos em campo, dentre estes:

[...] O homem ajudava a carregar a mandioca, na roça matava as formigas, Mas capinar... era homem e mulher que capinavam [...]. A gente ralava a mandioca raspava, ralava no cesto de tipiti, enxugava massa [...]" (Luíza de Camargo Lisboa, 73 anos, moradora de Pedrinhas, entrevista realizada em 19/12/2010).

[...] A mulher trabalhava na roça junto com os homens [...]. Fazia a mesma coisa. A mulher só não entrava na hora de derrubar o mato, só entrava na hora de plantar. [...] Os homens iam, limpavam, fazia a cova, e mulher plantava e campinava. [...] No quintal era a mulher que deixava tudo limpinho [...]. Armava uma rede na roça e levava a criança junto pra trabalhar. Levava penca de filhos pra roça. Andava quilômetros com bacia na cabeça com o sol quente pra lavar a roupa, era sofrido demais." (Leonel de Lima, 64 anos, Morador de Pedrinhas, em entrevista realizada em 19/12/2010)

[...] elas iam pra roça. Pra roça e os homem cavava, derrubava fazia aquela limpeza os homem cavava e as mulher plantava na hora ia os dois juntos arrancava mandioca e ali raspava junto com os filhos a mandioca pra fazê farinha, fazê biju o cuscuz, essas coisas...” (Adriana Azevedo, 34 anos, em entrevista realizada em 22/06/08– Comunidade São Paulo Bagre – Cananeia, São Paulo).

Já com relação à criança, a mesma era socializada desde pequena no espaço de trabalho com a terra – sem jamais esquecer a atividade pesqueira – em que os pequenos e leves trabalhos na roça, misturados com as brincadeiras infantis, tinham como finalidade iniciá-la e prepará-la para futuramente dar continuidade àquela forma de se relacionar com a natureza para garantir a reprodução material e simbólica do grupo.

[...] Minha mãe levava a gente amarrado num pano nas cotas de pequeno e a gente ficava lá com pernilongo mordendo e tudo... Ela cuidava da plantação dela, a gente chorando... [...] Eu estou com 53, eu com 7 anos de idade já ajudava a fazer de tudo... colher, pegar na enxada, tudo.”. (Romildo Lisboa, 53 anos, morador de Pedrinhas, em entrevista realizada dia 19/12/2010).

[...] ai se não fosse apanhava. Até hoje o meu trabalho ainda é pesca, limpar quintal. Por isso, é que nós ainda vivemos e porque sabemos fazer alguma coisa. Se não tiver trabalho a gente se vira. (Leonel de Lima, 64 anos, Morador de Pedrinhas, entrevista realizada em 19/12/2010).

Como resultante objetivo daquele trabalho com a terra, os caiçaras, tanto os de Pedrinhas, quanto os de São Paulo Bagre, seguiam a lógica, assim como boa parte dos camponeses de outras localidades, da economia do excedente¹². Isto é, produziam para a subsistência, além de vender e/ou trocar o excedente – principalmente a farinha, oriunda da mandioca, o peixe e o camarão pescado no Mar Pequeno – nos armazéns das aglomerações urbanas mais próximas, tais como Iguape e Cananeia.

As atividades na agricultura e na pesca se destacavam no quadro social do litoral sul paulista, ainda no início do século XX, marcadamente de uma população rural voltada, basicamente, “em torno de uma economia de troca”. Para Mourão, estas atividades representavam “um

12 A economia de excedente, definida por José de Souza Martins (1975, 1997), pode ser explicada a partir das parcas mercadorias que os caiçaras destinavam intencionalmente ao mercado exterior. No caso o pescado, a farinha de mandioca e o piri. Neste caso, eles não estavam fora do mercado capitalista, mas, sim, incluídos precariamente nele.

suplemento de reforço da dieta, ou então um complemento da renda, no caso da pesca da tainha”. (MOURÃO, 2003, p. 51)

Ressaltando, ainda, a economia do excedente é uma relação costumeira na lógica do campesinato, pois este “excedente” do consumo doméstico é vendido no mercado, fornecendo a principal fonte de renda dos “sitiantes”, como nos recorda Moura (1978:25-26), “já que a dependência de bens que devem ser necessariamente adquiridos por transações monetizadas, tais como roupa e remédios, exigirá vendas inevitáveis”, em que, no caso em questão, a farinha de mandioca funcionava como o meio de conversão fundamental para aquisição de outros bens.

Ah! A vida aqui... era cheia de fartura...fartura tinha demais. Só não tinha dinheiro. Era pouco. Meu pai fazia farinha em casa, dois, três sacos de farinha e levava para Cananeia. Deixava lá no comerciante lá... fazia compra pra trazer pra casa. Alguns tinham dinheiro pra pagar. Outros não, e tinha que voltar pra pegar o resto. Tinha fartura. Todo mundo tinha. (Sr. João Veríssimo Barbosa, 78 anos, em entrevista realizada em 22/06/2008 – Comunidade São Paulo Bagre – Cananeia, São Paulo)

Assim, nega-se o mito de que estes grupos viviam isolados geograficamente do mundo da mercadoria, pois apesar de uma relativa auto-suficiência, as relações de mercado (compra, venda e troca, principalmente), sempre, estiveram presentes em graus variados, como uma estratégia de assegurar uma reprodução material mais satisfatória. Diante desta situação, a canoa artesanal, feita de madeira, ganhava um status e uma simbologia de elo com outras escalas geográficas para além da comunidade; o que a caracterizava como um dos fatores determinantes para a identidade destes sujeitos, permitindo estarem sempre em relativo movimento, mesmo que significando o dispêndio de grande esforço físico.

[...] Às vezes levava pro armazém pra trocar por mercadoria quando sobrava alguma coisa. O que trocava mais era esteira, farinha, o palmito... Tinha que carregar tudo nas costas, sofria era o dia inteiro pra carregar [...] . O mais escravizado era o meu pai. Ele pegava, embarcava na canoa pra levar pra Cananeia, ele sofria com o remo.. (Leonel de Lima, 64 anos, morador de Pedrinhas, em entrevista realizada no dia 19/12/2010).

A partir de agora, resta-nos discutir as causas objetivas e subjetivas que ocasionaram a decadência de uma cultura que era um dos pilares identitários dos sujeitos de ambas as localidades.

Dentre os fatores de ordem objetiva, sobressaem-se a criação e a aplicação de legislações ambientais que, nas últimas décadas, passaram a normatizar o território caíçara em geral, a partir da delimitação de parques, estações ecológicas e, no caso mais específico de Pedrinhas e de São Paulo Bagre, da Área de Proteção Ambiental de Iguape-Cananeia-Peruíbe (APA-CIP). Por meio dos seus zoneamentos complexos e confusos, atrelados a uma grande burocracia, fez-se com que muitos sujeitos abandonassem o trabalho da roça, com receio de serem criminalizados e multados. Alia-se a isso a intensificação da especulação imobiliária, muitas vezes associada a um violento processo de ocupação irregular, consolidando gradativamente o mercado de terras e consequentemente as casas de segunda residência; impulsionando a atividade turística. Em suma, “[...] Num contexto de expropriação de suas terras pela especulação imobiliária e o estabelecimento de áreas protegidas, obrigaram os caíçaras a se concentrarem nas fainas marítimas” (DIEGUES, 2005, p.43) e relacionadas ao turismo.

Com o passar dos anos, o impedimento dos cultivos, com a diminuição e o fim da roça caíçara, encontra-se definido conjuntamente, o que é elucidado na fala do Sr. João Veríssimo:

Olhe, é proibido já faz mais de uns quinze a vinte anos. Uma vez, a minha família, nós tinha oito roça, aí... oito roça...oito roceiros... Aí a Florestal veio e multou as oito roça. Faz uns vinte anos. Tivemos que pagar multa... Não paguemo... Naquele tempo dava duzentos e dez cruzeiros... no tempo do cruzeiro, sabe?... Aí o padre João que era padre de Cananeia tomou a frente e aí acabou com eles. Aí depois o prefeito também ajudou. [...] A pesca também, nois era muito atropelado pela Florestal. Sempre viviam em cima da gente. Pegavam o material da gente, levavam, queimavam. Agora não. Agora tá calmo. De primeiro era ruim. A vida da gente era isso aqui. Plantar e pescar. (Sr. João Veríssimo Barbosa, 78 anos, em entrevista realizada em 22/06/08 – Comunidade São Paulo Bagre – Cananeia, São Paulo)

Os fatores de ordem subjetiva, por sua vez, estão intimamente ligados com a chegada da energia elétrica e melhoria, ainda que incipiente, das vias de circulação terrestre, que consequentemente acabaram difundindo modos de consumir, agir e pensar da sociedade

urbana cada vez mais fetichizada, mediada pelo mundo da mercadoria. Disso decorre uma percepção ambígua dos sujeitos com os quais dialogamos. De um lado, há todo um discurso que ressalta a dificuldade da vida cotidiana na roça, em que não se compensava todo o esforço despendido, enfatizando, assim, a exaltação da melhoria das condições materiais com a chegada do turismo:

[...] O pessoal mais antigo que mexia. O pessoal mais jovem já não mexia mais. Analisando bem era uma puta de uma besteira. O que o cara sofria desmatando com machado a madeira.... A terra aqui é ruim., dava duas arrancada na roça já não tinha mais mandioca, fazia farinha umas três, quatro vezes, e daí já ia embora tudo. Então, era um desperdício a toa na verdade. [...] O povo aprendeu a viver de outra forma. Vive do turismo hoje. Um é pedreiro, outro toma conta de uma casa, pesca (...). Hoje, se você quiser um quilo de farinha acha fácil no mercado. (Leonel de Lima, 64 anos, morador de Pedrinhas, em entrevista realizada em 19/12/2010).

Por outro, há um sentimento de nostalgia ao rememorar uma temporalidade e uma espacialidade em que não era fundamental possuir dinheiro para se reproduzir materialmente e as relações sociais, fundadas na solidariedade, em que as pessoas eram consideradas mais honestas e mais dispostas para trabalhar com a terra e com a pesca e os alimentos produzidos e consumidos mais saudáveis:

[...] Eu acho que o povo era mais unido pra ajudar os outros. Hoje, o povo é muito individualista. Nunca ninguém pode tirar um dia de serviço pra ajudar a comunidade. [...] Nós fazemos este trabalho aqui. Construímos tudo aqui através de mutirão, mas forçando. [...] Sei lá o povo também era mais honesto. (Leonel de Lima, 64 anos morador de Pedrinhas, em entrevista realizada em 19/12/2010).

[...] Tenho saudade daquele tempo que já passou. [...] A gente era moça, tinha força para trabalhar, a gente gostava da lida na roça. Hoje eu tenho marca-passo, não posso pegar na foice na enxada. Me dá uma vontade de poder trabalhar, fazer minha horta [...]. (Luíza de Camargo Lisboa, 73 anos, moradora de Pedrinhas, em entrevista realizada em 19/12/2010)

[...] Naquele tempo a gente comia coisa mais natural. Hoje não come mais nada natural é tudo agrotóxico.

Antigamente era tudo natural. (Romildo Lisboa, 53 anos, morador de Pedrinhas, em entrevista realizada em 19/12/2010)

Muito bom naquele tempo! Era mais divertido do que hoje... você amanhecia o dia... naquele tempo, levantava da cama e passava uma água no rosto, com a cara já limpa bebia o seu café e já saía sabendo o que iria fazer... ou você ia pescar, arrumava um peixe para aqui em casa, ou tirava isca, ou se não, ia lá roçar, carpi o mandiocal lá. Hoje em dia, amanhece o dia e não tem nada... (Sr. João Veríssimo Barbosa, 78 anos, Comunidade São Paulo Bagre – Cananeia, Sr. João Veríssimo Barbosa, 78 anos, em entrevista realizada dia 23/01/2011).

Era um mundo mediado por relações de solidariedade, ajuda mútua, festas, distando de práticas em que a mercadoria tomou maior relevo na reprodução das relações sociais, principalmente com a introdução de modos de vida urbanos que engendraram novas necessidades e, por sua vez, novos modos de existência, que, em certa medida, empobreceram as atividades do grupo em relação às mediações o espaço, induzindo a uma relativa perda de autonomia na sua reprodução material e imaterial e uma conseqüente dependência maior de atividades complementares realizadas em outras localidades.

Considerações finais

A elaboração deste estudo, a partir das lembranças dos moradores de Pedrinhas e São Paulo Bagre, permitiu a compreensão do que foi o trabalho na roça, bem como os dilemas enfrentados para a sua permanência.

Esta pesquisa não se trata, no entanto, da busca pela recriação ou resgate de uma “cultura autêntica”, uma vez que a “noção de autenticidade cultural é ambígua”, como afirma Nestor Canclini (2003), já que o contato com a modernidade passa a produzir a hibridação, entendida como “processos culturais nos quais as estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2003, p. XIX). Mas o que procuramos é a discussão de sua representatividade a partir das memórias dos que vivenciaram práticas produtivas e extrativas e de sociabilidade em que se inseria a roça caiçara.

Remetendo-nos novamente a Benjamin (1987), há uma correspondência entre o trabalho manual e a narrativa, pois a voz, a alma

e o corpo propriamente dito interagem simbolicamente de maneira que “[...] Pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito [...]”. (BENJAMIN, 1987, p.220-221)

Assim, permanecem algumas marcas desse trabalho nos bairros, pois, ainda, encontramos algumas ramas de mandioca ou cará, que pertenciam às antigas lavouras, cultivadas nas antigas capoeiras, mas que hoje dão lugar ao mato já crescido. Também, é possível ver pomares de algumas frutas, como o abacateiro, ervas medicinais espalhadas pelos quintais e ao redor das casas, bem como pequenas hortas. Animais domésticos, ainda, se fazem presentes, exemplo disso é que muitos moradores ainda criam galinhas em seus quintais, presas ou soltas pelo bairro rural. Assim, notamos que as marcas realizadas pelo trabalho destes sujeitos foram deixadas no espaço e no tempo, permitindo inferir numa legitimidade da posse da terra, pois a criação de um território é legitimada pelo trabalho.

Desta maneira, o recurso da memória para reconstituir a história e a geografia oral destes sujeitos foi imprescindível na pesquisa, pois esta se torna instrumento de luta para defender o seu espaço de vida, ou seja, de sua territorialidade. Também servindo, muitas vezes, como uma espécie de denúncia contra as arbitrariedades da reprodução do capital, da intensa especulação imobiliária e de criação de parques e áreas protegidas, que não levam em conta os dilemas enfrentados por esses sujeitos que vivem nessas localidades. Ainda, devemos salientar que a memória interfere no curso da vida, pois a torna menos alienante e reificada, pois exerce “[...] uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (BOSI, 2004, p.36).

Mesmo com a intensificação da restrição cada vez mais acentuada da roça caiçara, concluímos que, a partir da coleta dos depoimentos que rememoravam um passado de lida cotidiana com a terra, as lembranças vividas permitem a (re)significação do passado que pode servir como um instrumento de recriação identitária, possibilitando a preservação e a incorporação de novos elementos materiais e imateriais, pois a memória, como afirma (Bosi, 2004, p.34), consiste em um aprendizado para o futuro e aufere extrema importância para os mais velhos, permitindo “[...] despertar-lhe outra vez o gosto pela vida”.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia, Técnica, Arte e Política; Ensaio sobre literatura e história da cultura* (Obras escolhidas). São Paulo: Brasiliense, 1987. v.1, p.197-221.

BOSI, Ecléia. *O tempo vivo da memória; Ensaio de Psicologia Social*. 2.ed. São Paulo: Ateliê, 2004.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do rio Bonito: Estudo sobre o caipira e a transformação de seus meios de vida*. 9.ed. São Paulo: Duas Cidades/34, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos (org). *Enciclopédia Caiçara*. História e Memória Caiçara. São Paulo: Hucitec–NUPAUB-CEC/USP, 2005. v. IV.

DIEGUES, Antonio Carlos. (org). *Enciclopédia Caiçara*. O Olhar do Pesquisador. São Paulo: Hucitec–NUPAUB-CEC/USP, 2004. v. I.

DIEGUES, Antonio Carlos. História e Memória Caiçara. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org). *Enciclopédia Caiçara*. História e Memória Caiçara. São Paulo: Hucitec–NUPAUB-CEC/USP, 2005. v. IV.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Campinho da independência: um caso de proletarização caiçara*. 1979. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC- SP, 1979.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: Terra e população, estudo da demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org). *Enciclopédia Caiçara*. História e Memória Caiçara. São Paulo: Hucitec–NUPAUB-CEC/USP, 2005. v. IV.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. *Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB*. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e História na sociedade anômala*. 2 ed. rev e ampl., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. Pioneira: São Paulo,

1975.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira; A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória?. Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 34, p.9-24, 1992.

MORAES, Marília Britto Rodrigues. *Área de Proteção Ambiental de desenvolvimento sustentável: APA Cananéia-Iguape-Peruíbe/ SP*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

MOURA, Margarida Maria. A diversidade dos Modos de Vida no Meio Rural Brasileiro. In: SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lúcia; HELM, Cecília Maria Vieira (Orgs). *A Perícia Antropológica em Processos Judiciais*. Florianópolis: Associação Brasileira de Antropologia; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1994. p.100-103.

MOURA, Margarida Maria. *Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural*. Hucitec: São Paulo, 1978.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A pesca no litoral sul do Estado de São Paulo. Um Estudo de Sociologia Diferencial*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). *Experimentos com Histórias de Vida*. São Paulo: Vértice, 1988. p.14-43.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Vale do Ribeira; Pesquisas Sociológicas*. São Paulo: DAEE/USP, 1967. (relatório de pesquisa)

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

SCHMIDT, Carlos Borges. *Lavoura Caiçara*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de informação Agrícola, 1958. (Documentário da Vida Rural, nº 14)

SILVA, Simone Rezende da. *Camburi, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caiçara: transformações de uma população tradicional camponesa*. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e o seu valor atual. In. CORREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL Zeny (Orgs.). *Geografia*

Cultural: Um Século (3). Rio de Janeiro, UERJ, 2002.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera*, ano 10, n.10, p.134-150, jan./jun.2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/10/suzuki.pdf>>. Acesso em: 01 Mar.2011.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. *O Trabalho da Terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.

